

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)
REPRESENTAÇÃO DO IICA NO BRASIL

SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A Nova Cara da Pobreza Rural: desafios para as políticas públicas

VOLUME 16

Organizadores da Série
Carlos Miranda e Breno Tiburcio

Brasília – maio/2012

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2012



A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas do IICA está sob licença de Creative Commons Atribución-
No Comercial-Compartir Igual 3.0 Unported.
Disponível em formato PDF em www.iica.int

Coordenação editorial: Carlos Miranda
Copidesque: Valentina Pereira Buainain
Diagramação: Fabiane de Araújo Alves Barroso
Leiaute da capa: Fabiane de Araújo Alves Barroso
Foto da capa: Regina Santos
Impressão digital: Elite Comércio e Serviços Gráficos LTDA

A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas / Antonio Marcio Buainain...
[et.al] . Brasília: IICA, 2012. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.16)
540 p., 15 x 23 cm

ISBN 13: 978-92-9248-388-3

1. Desenvolvimento rural 2. Pobreza 3. População rural 3. Políticas 4. Setor publico 5.
Brasil I. Buainain, Antonio Marcio C. II. IICA III. Título

AGRIS
E50

DEWEY
338.18

CAPÍTULO II

POBREZA E EXTERMA POBREZA NO BRASIL RURAL

■ **Mauro Del Grossi**
Professor da UNB e assessor do MDA

1. Introdução

A extrema pobreza ganhou destaque como foco das políticas públicas com a intenção do Governo Federal de promover sua pobreza em um prazo curto de tempo. Este trabalho apresenta a evolução da pobreza nos últimos anos e o perfil atual da extrema pobreza no País.

Para aferir a extrema pobreza este trabalho se adotou apenas o critério da renda monetária, utilizado atualmente nos cadastros de programas de transferência de renda do Governo Federal. Desta forma, não foram consideradas as condições de vida ou a localização geográfica das populações pobres.

Antes da apresentação dos resultados demográficos, procurou-se explorar as informações do Censo Agropecuário, que podem fornecer dados complementares e úteis para a execução dos programas voltados para as populações em situação de pobreza.

2. As informações do Censo Agropecuário 2006

O Censo Agropecuário de 2006 utilizou o conceito de agricultura familiar previsto na Lei 11.326 de 2006, cuja delimitação é feita pela renda e pela predominância da mão de obra. Os dados deste Censo indicam existir 4,3 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil, e que portanto a agricultura familiar engloba 84,4% do total de estabelecimento registrados. Este contingente de agricultores familiares ocupa uma área de 80 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, revelando a estrutura agrária ainda concentrada do país: os estabelecimentos não-familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupam 75,7% da área ocupada. Sempre de acordo com o Censo 2006, a área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 ha e a dos não-familiares, de 309,18 ha.

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), a agricultura familiar é importante fornecedora de alimentos para o mercado interno e como tal responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país. A agricultura familiar produz 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café (55% no tipo robusta ou conilon e 34% no tipo arábica), 34% do arroz, 58% do leite (58% do leite de vaca e 67% no leite de cabra), e possuía 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e produzia 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira.

Outra informação importante dos Censos Agropecuários é que entre 1996 a 2006 ocorreu um aumento de 412 mil novos estabelecimentos da agricultura familiar¹. No mesmo período, aconteceu uma redução na área média dos estabelecimentos e uma diminuição da área dos grandes estabelecimentos, interrompendo a série de elevação da desigualdade no acesso à terra dos últimos censos. Em 2006 o índice de Gini do acesso à terra foi 0,856, ficando praticamente inalterado em relação ao anterior, mas revelando que ainda persiste uma elevada desigualdade no acesso à terra, especialmente na região Nordeste.

Durante o período de levantamento do Censo Agropecuário ainda vigiam os grupos A, B, C, D e E do Pronaf. Estas classes eram normatizadas pelo Conselho Monetário Nacional e publicadas no manual de crédito rural (MCR). Os grupos eram definidos por vários critérios, mas especialmente pela renda, foco desta pesquisa, e que podiam ser descritos de forma sintética pelas normas vigentes na época como:

- Pronaf A: estabelecimentos agropecuários originados de projetos de reforma agrária, ou do programa de crédito fundiário;
- Pronaf B: estabelecimentos com renda total do empreendimento (com rebate) de até R\$ 3 mil;
- Pronaf C: renda total com rebate maior que R\$ 3 mil até R\$ 16 mil;
- Pronaf D: renda total com rebate maior que R\$ 16 mil até R\$ 45 mil;
- Pronaf E: renda total com rebate maior que R\$ 45 mil até R\$ 80 mil.

Familiar não-Pronaf: neste grupo estão os estabelecimentos que tinham predominância de mão de obra familiar, mas não se enquadraram as rendas e demais critérios dos grupos anteriores.

Segundo o Censo Agropecuário, o grupo Pronaf B é o mais expressivo da agricultura familiar, representado por cerca de 2,4 milhões de estabelecimentos (48%), mas que

¹ Segundo a metodologia desenvolvida por Guanziroli et al., conhecida como FAO/Incra.

ocupam apenas 9% da área (Tabela 1). Estes estabelecimentos agropecuários (Pronaf B) possuem mais de 6 milhões de pessoas ocupadas, mas produzem apenas cerca de 2% do valor bruto da produção (Tabela 2). Já os do grupo E, que são representados por 1% do estabelecimentos, produzem 3% do valor bruto da produção.

Tabela 1 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a categoria familiar e grupos do Pronaf. Brasil, 2006

Classificação	Número		Área	
	(num)	(%)	(milhões ha)	(%)
Familiar	4.366.267	84%	80	24
Pronaf A	533.454	10	15	4
Pronaf B	2.416.127	47	29	9
Pronaf C	782.982	15	18	5
Pronaf D	287.464	6	8	2
Pronaf E	62.899	1	2	1
não pronafiano	283.341	5	8	2
Não familiar	809.369	16%	254	76%
TOTAL	5.175.636	100%	334	100

Fonte: Tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006, IBGE dez/2010.

Tabela 2 - Valor da produção e pessoal ocupado dos estabelecimentos agropecuários, segundo a categoria familiar e grupos do Pronaf. Brasil, 2006.

Classificação	Valor		Pessoas Ocupadas	
	(bilhões R\$)	(%)	(milhões)	(%)
Familiar	54	33%	12,3	74%
Pronaf A	6	3%	1,6	10%
Pronaf B	3	2%	6,2	37%
Pronaf C	8	5%	2,4	14%
Pronaf D	11	6%	1,0	6%
Pronaf E	5	3%	0,2	1%
não pronafiano	22	13%	0,9	6%
Não familiar	109	67%	4,2	26%
TOTAL	164	100%	16,6	100%

Fonte: Tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006, IBGE dez/2010.

Uma característica importante da agricultura é que apesar do valor bruto da produção ser menor, a agricultura familiar é mais intensiva por unidade de área: produz em média R\$ 680 por hectare. Já a agricultura não familiar produz em média R\$ 432 por hectare. Além de intensiva por unidade de área, a agricultura familiar também ocupa mais pessoas por área: são mais de 15 pessoas ocupadas a cada 100 hectares, contra 1,7 da agricultura não familiar (Tabela 3).

Tabela 3 - indicadores de intensidade de utilização das terras Brasil, 2006.

Classificação	Valor por área (R\$/ha)	peças por área (peças/100ha)
Familiar	680	15,4
Não familiar	432	1,7
TOTAL	491	5,0

Fonte: Autor a partir das informações do Censo Agropecuário 2006.

Em resumo, o Censo Agropecuário mostra uma agricultura familiar diversificada, onde parte possui condições de produtividade superior à da agricultura não-familiar, enquanto outra parte sobrevive em condições de renda agrícola reduzida, provavelmente próxima à condição de pobreza.

Apesar das informações do Censo Agropecuário fornecerem importantes indicadores da diversidade agropecuária, elas não são suficientes para as pesquisas sobre pobreza, já que não abrangem todas as rendas das famílias (especialmente aposentadorias e outras transferências de renda) e consideram apenas as pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Neste sentido, serão apresentadas a seguir as informações demográficas que abrangem estes aspectos.

3. As informações das Pnads entre 2001 a 2009

Com os dados das Pnads (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) é possível obter informações sobre a pobreza entre 2001 e 2009. Para manter a mesma base geográfica, considerou-se as áreas rurais de todos os estados, menos as áreas rurais do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, pertencentes à antiga região Norte, que passaram a ser abrangidos pela Pnad somente a partir de 2004. Utilizou-se neste trabalho o critério de incluir entre as famílias pobres, aquelas com renda mensal per capita inferior a R\$ 140,00 (somando todos os ingressos), e na extrema pobreza aquelas com rendas de até R\$ 70,00 per capita, tomando como referência os atuais parâmetros do Programa Bolsa Família.

Antes de prosseguir, é importante observar que as Pnads possuem duas limitações: i) não consideram a produção para o autoconsumo dos agricultores familiares, e ii) não existe uma clara distinção entre renda bruta e líquida das pessoas ocupadas na posição conta-própria. A vantagem é que tais erros são constantes ao longo do tempo, não interferindo nas análises temporais.

Conforme esta definição de pobreza, o Brasil Rural tinha, em 2001, 54% da população em situação de pobreza e 28% na extrema pobreza. Esta proporção caiu significativamente para 33% e 14% em 2009, respectivamente (ver gráfico 1). Essa redução nas taxas de pobreza e extrema pobreza ocorreu em todas as regiões do país, como pode ser visualizado nas tabelas a seguir.

Gráfico 1 - Evolução da taxa (%) de pobreza e extrema pobre na população rural brasileira, entre 2001 a 2009.

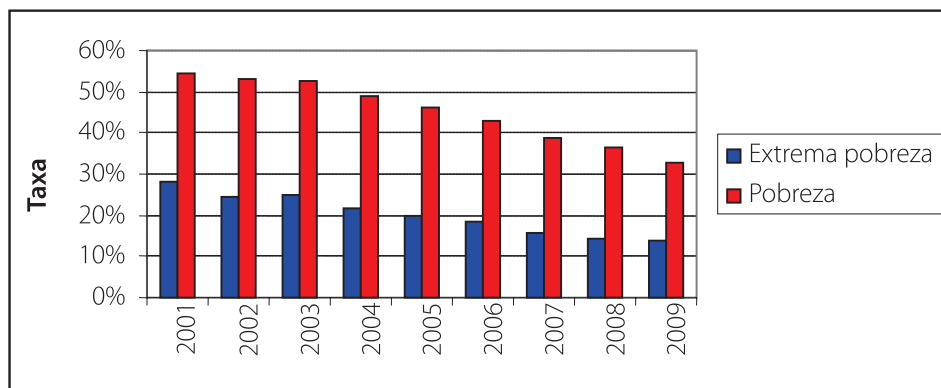


Tabela 4 - Fração da extrema pobreza rural.

REGIÕES	2001	2003	2009
Brasil	28%	25%	14%
Norte	13%	12%	6%
Nordeste	24%	23%	12%
Sudeste	6%	6%	2%
Sul	6%	5%	2%
Centro-oeste	7%	7%	3%

Fonte: tabulações especiais da PNADs.

Tabela 5 - Fração da pobreza rural.

REGIÕES	2001	2003	2009
Brasil	54%	52%	33%
Norte	35%	36%	19%
Nordeste	50%	50%	30%
Sudeste	17%	17%	8%
Sul	17%	15%	7%
Centro-oeste	23%	23%	10%

Fonte: tabulações especiais da PNADs.

Outra informação importante revelado pela evolução das rendas das famílias rurais é que a redução da pobreza não é resultado somente os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. O estímulo dado à agricultura familiar teve importante papel nesse processo, pois ocorreu um aumento real e significativo da renda agrícola (crescimento de 35% de 2002 para 2009) e das aposentadorias (ampliação de 31% para o mesmo período).

No período 2001/2009 a renda média da agricultura familiar cresceu 30% em termos reais, enquanto que a renda média brasileira cresceu 11%. As rendas do trabalho contribuíram em 58% do aumento da renda dos agricultores familiares. As famílias de assalariados também tiveram um ganho real na renda do trabalho, indicando que estas famílias estiveram engajadas em ciclos locais virtuosos de geração de emprego e renda.

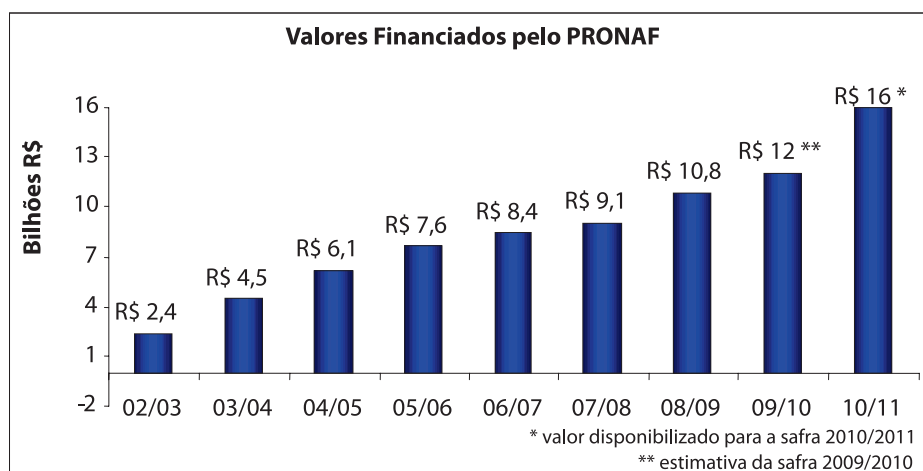
Algumas políticas públicas do Governo Federal, como as implementadas pelo MDA, ajudaram nesse processo. Um destaque foi a política de reforma agrária. Entre 2003 e 2009, 574.609 famílias foram assentadas (63% história do INCRA), totalizando 46,7 milhões de hectares destinados a este público. Comparando com outros países, estes resultados mostram a magnitude desta ação: a Bolívia em período semelhante (2006/09) destinou cerca de 18 milhões de hectares à reforma agrária, o México aproximadamente 8 milhões entre 1917/34 e 18 milhões entre 1934/40, a Nicarágua 2,6 milhões ha entre 1979/86, o Chile em torno de 5,5 milhões ha entre 1964/74, Cuba por volta de 5 milhões ha entre 1959/67 e a Venezuela cerca de 2 milhões de hectares.

No Brasil 3.348 assentamentos foram implantados de 2003 a 2009, onde o estado passou a garantir assistência técnica, habitação, eletricidade, água e comercialização da sua produção.

Este aumento do número de assentamentos foi possível graças à ampliação dos recursos empregados para a reforma agrária: em 2002 o Incra destinou R\$ 280 milhões para investimentos em novos assentamentos e, em 2009, esse valor passou para R\$ 742 milhões (entre 2003 e 2009 foram aplicados aproximadamente R\$ 7 bilhões de reais). Em 2002 o governo aplicava R\$ 5,3 milhões na assistência técnica para os assentados, já em 2009 os investimentos saltaram para R\$ 110 milhões. Nesse mesmo período, foram contratados 2 mil novos servidores concursados no Incra.

A política de crédito rural também foi expandida no Governo Lula. Os recursos destinados às aplicações do Pronaf alcançaram aumentos significativos ao longo dos últimos anos. Ocorreu a nacionalização do crédito que hoje está presente em 93% dos municípios brasileiros, a ampliação das linhas do Pronaf com a construção de linhas específicas para jovens, mulheres, agroecologia, semiárido, floresta, cooperativas e comercialização, a redução das taxas de juros e do custo bancário, a simplificação dos contratos e o aumento dos valores financiados. Este conjunto de medidas levou a que os recursos do Pronaf passaram de R\$ 2,4 bilhões em 2002/03 para mais de R\$ 16 bilhões em 2010/11 (conforme o gráfico abaixo). Atualmente o Pronaf beneficia mais de dois milhões de famílias.

Gráfico 2 - Crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)



O apoio do Governo Federal ao fortalecimento da agricultura familiar, também se deu por intermédio de outros instrumentos como a assistência técnica e a extensão

rural, os seguros agrícolas e a comercialização. Só na reconstrução do sistema de assistência técnica e extensão rural foram aplicados R\$ 626 milhões entre 2002 e 2009. Como resultado, houve um aumento dos agricultores atendidos – avançou de 291 mil para mais de 1,8 milhões de famílias, com mais de 24 mil técnicos em campo. Isso foi facilitado pela aprovação da Lei 12.188/2010, que alterou a forma de contratação do serviço.

Os seguros agrícolas também foram fundamentais para garantir maior estabilidade. O seguro de clima propicia ao agricultor, quando as perdas são maiores que 30%, zerar o débito do Pronaf junto ao banco, e receber até 65% da renda bruta esperada (até R\$ 2.500,00). O seguro de renda (PGPAF) assegura um desconto no crédito do Pronaf custeio e investimento, proporcional à diferença entre os preços de garantia e os preços de mercado, quando ocorrerem quedas nos preços ao produtor.

No aspecto da comercialização ocorreu a criação e expansão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que adquire produtos da agricultura familiar para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar. Mais recentemente foram garantidos 30% dos recursos da alimentação escolar (Pnae) para a compra de produtos da agricultura familiar, o que pode alcançar um mercado de até R\$ 1 bilhão ao ano.

O acesso a direitos também foi ampliado para segmentos sociais até então excluídos. O programa de documentação da trabalhadora rural expediu, em 2009, 403 mil novos documentos. Também se destaca a criação do Pronaf mulher, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo.

A partir de 2008 foi criada uma nova geração de políticas públicas que buscam a articulação com outras políticas públicas. Destaca-se a regularização fundiária na Amazônia legal, por meio do Programa Terra Legal, e o Programa Territórios da Cidadania. Este último nasceu da experiência dos Territórios Rurais de Identidade e abrange vários Ministérios, com mais de 180 ações.

Além da evolução positiva da renda da população rural, outros indicadores de qualidade de vida no Brasil indicam progressos. Entre 2004 e 2009 o número de domicílios rurais com acesso a bens duráveis cresceu:

- Com geladeira: de 4,0 para 6,5 milhões de famílias;
- Com TV: de 4,6 para 7,2 milhões de famílias;
- Com rádio: de 5,6 para 7,2 milhões de famílias;

- Com fogão: de 6,3 para 8,2 milhões de famílias;
- Com iluminação elétrica: de 5,5 para 7,9 milhões de famílias; e
- Com telefone: de 1,3 para 4,4 milhões de famílias.

Considerando que o número de famílias rurais, segundo a Pnad, permaneceu estável no período, o crescimento do número de famílias com acesso a estes bens duráveis e serviços aponta para uma significativa melhora na qualidade de vida no meio rural brasileiro. Entretanto, ainda temos muito a fazer: apesar dos avanços, 14% da população rural em 2009 ainda vivia em situação de extrema pobreza, e que será analisado com mais detalhes a seguir.

4. A extrema pobreza rural em 2009

Para caracterizar as famílias que vivem em condição de extrema pobreza será utilizada a Pnad 2009, por ser a última disponível e que abrange todo o território nacional. A limitação da Pnad é ser uma pesquisa amostral, permitindo identificar nas Unidades da Federação as regiões metropolitanas, urbanas e rurais, mas não identifica os municípios, ocultando assim a diversidade interna nos Estados.

A partir da definição de R\$ 70 per capita, o universo de pessoas em extrema pobreza em 2009 é 10,07 milhões, pertencentes a 2,58 milhões de famílias, sendo que 772 mil destas declararam não ter nenhuma forma de rendimento em setembro daquele ano.²

A grande maioria da população em extrema pobreza vive fora das regiões metropolitanas (78%), especialmente nas áreas urbanas de médios e pequenos municípios (44%).

² Mês de referência da Pnad 2009.

**Tabela 6 - Classificação das famílias brasileiras segundo a condição de pobreza, e segundo a localização dos domicílios
 Brasil, 2009**

(milhares de famílias)

Situação do Domicílio	Extrema pobreza		Pobreza	Não pobres	sem declaração de renda	Total das famílias
	sem rendimento	com rendimento				
Metropolitano	296	263	786	16.496	997	18.838
Urbano	282	251	738	16.002	974	18.246
Rural	14	12	49	494	23	591
Não metropolitano	476	1.548	3.275	33.743	816	39.858
Urbano	355	788	2.032	27.835	669	31.679
Rural	121	760	1.243	5.909	146	8.179
BRASIL	772	1.811	4.061	50.240	1.812	58.696

Fonte: Pnad 2009, a partir do processamento de Del Grossi.

A seguir são apresentadas algumas características das condições de vida da população, com ênfase na população em extrema pobreza. O objetivo é apontar os domicílios que apresentam algumas determinadas condições, com maior probabilidade de serem local de residência de famílias pobres ou extremamente pobres, facilitando sua localização e cadastramento.

A grande maioria dos domicílios amostrados é de domicílios particulares permanentes (99%), mas os poucos domicílios particulares improvisados e os domicílios coletivos possuem uma maior concentração de famílias pobres ou sem rendimentos, respectivamente.

Residir em um domicílio com 8 ou mais integrantes indica probabilidade de 46% de estar entre o grupo de famílias pobres ou extremamente pobres.

Tabela 7 - Algumas características dos domicílios segundo a classificação de pobreza Brasil, 2009.

Características dos Domicílios	Extrema pobreza		Pobreza	Não pobres
	sem rendimento	com rendimento		
Espécie do domicílio				
Particular permanente	1%	3%	7%	86%
Particular improvisado	5%	3%	12%	77%
Coletivo	10%	2%	1%	87%
Número de moradores dos domicílios particulares				
1 a 4 moradores	1%	2%	5%	89%
5 a 7 moradores	0%	7%	17%	73%
8 ou mais moradores	0%	17%	25%	54%
Material predominante na construção das paredes externas do prédio				
Alvenaria	1%	3%	6%	86%
Madeira aparelhada	1%	4%	11%	83%
Taipa não revestida	4%	20%	23%	51%
Madeira aproveitada	3%	10%	20%	66%
Palha	1%	19%	25%	54%
Outro material	3%	15%	12%	64%
Material predominante na cobertura - telhado - do domicílio				
Telha	1%	4%	8%	85%
Laje de concreto	1%	1%	2%	90%
Madeira aparelhada	3%	3%	10%	82%
Zinco	1%	4%	9%	84%
Madeira aproveitada	2%	18%	25%	52%
Palha	6%	20%	26%	48%
Outro material	4%	6%	6%	75%

Fonte: Pnad 2009, processamento por Del Grossi.

Nota: sem apresentar a % dos sem declaração de renda.

Paredes de alvenaria ou madeira aparelhada são típicas de domicílios de famílias não-pobres. Já os telhados que utilizam palha ou madeira aproveitada são condições comuns das famílias pobres ou extremamente pobres.

Outra característica das famílias não-pobres é o número de cômodos do domicílio: quanto maior o número de cômodos, menor a participação das famílias pobres ou em extrema pobreza. Ao contrário, famílias que residem em domicílios de 1 ou 2 cômodos tem maior probabilidade de estarem no grupo das famílias pobres.

Tabela 8 - Algumas características dos domicílios segundo a classificação de pobreza Brasil, 2009.

Características dos Domicílios	Extrema pobreza		Pobreza	Não pobres
	sem rendimento	com rendimento		
Número de cômodos do domicílio				
1	8%	10%	11%	70%
2	4%	6%	13%	74%
3	3%	6%	11%	78%
4	2%	5%	10%	81%
5	1%	4%	8%	84%
6 a 10	1%	2%	5%	89%
11 ou mais	0%	0%	0%	93%
Número de cômodos servindo de dormitório				
1	3%	3%	5%	88%
2	1%	4%	8%	84%
3	0%	3%	8%	85%
4 ou mais	0%	3%	8%	84%
Condição de ocupação do domicílio				
Próprio – já pago	1%	3%	7%	85%
Próprio – ainda pagando	1%	1%	2%	93%
Alugado	1%	2%	5%	89%
Cedido por empregador	0%	2%	13%	83%
Cedido de outra forma	3%	6%	11%	78%
Outra condição	2%	8%	13%	74%
Se domicílio é próprio, o terreno onde está localizado o domicílio é próprio				
Sim	1%	3%	6%	86%
Não	1%	5%	10%	80%

Fonte: Pnad 2009, processamento por Del Grossi.

Nota: sem apresentar a % dos sem declaração de renda.

Domicílio sem acesso à água é um forte indicador de pobreza ou extrema pobreza (Tabela 9), especialmente quando a origem da água for de poço ou nascente fora da propriedade. Da mesma forma, domicílios sem banheiro ou sanitário também indicam uma forte probabilidade dos residentes serem de famílias pobres ou em extrema pobreza.

**Tabela 9 - acesso a serviços de saneamento básico
segundo a classificação das famílias
Brasil, 2009.**

Características do Domicílio e acesso a serviços de Saneamento	Extrema pobreza		Pobreza	Não pobres
	sem rendimento	com rendimento		
Tem água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio				
Sim	1%	2%	6%	87%
Não	2%	15%	21%	60%
Se tem água canalizada em pelo menos um cômodo, a proveniência da água canalizada utilizada no domicílio				
Rede geral de distribuição	1%	2%	6%	88%
Poço ou nascente	1%	3%	9%	85%
Outra proveniência	2%	8%	16%	73%
Se não tem água canalizada em nenhum cômodo, a água utilizada no domicílio é da rede geral de distribuição para a propriedade				
Sim	2%	14%	21%	61%
Não	2%	15%	21%	60%
Se não tem água canalizada nem acesso a rede geral, a água utilizada no domicílio é de poço ou nascente localizado na propriedade				
Sim	2%	13%	20%	62%
Não	2%	17%	22%	56%
Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade				
Sim	1%	3%	6%	87%
Não	3%	19%	23%	54%
Se tem banheiro ou sanitária, o uso do banheiro é:				
Só do domicílio	1%	2%	6%	87%
Comum a mais de um domicílio	4%	6%	12%	75%
Número de banheiros ou sanitários				
1	1%	3%	8%	85%
2 ou mais	1%	0%	1%	93%
Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário				
Rede coletora de esgoto ou pluvial	1%	1%	4%	90%
Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial	1%	1%	3%	92%
Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial	1%	3%	9%	85%
Fossa rudimentar	1%	5%	12%	80%
Vala	2%	11%	17%	69%
Direto para o rio, lago ou mar	2%	3%	10%	82%
Outra forma	4%	7%	11%	67%

Fonte: Pnad 2009, processamento por Del Grossi. Os sem declaração de renda não estão apresentados.

Tabela 10 - Acesso a alguns serviços básicos segundo a classificação das famílias Brasil, 2009.

Serviços Básicos	Extrema pobreza		Pobreza	Não pobres
	sem rendimento	com rendimento		
Destino do lixo domiciliar				
Coletado diretamente	1%	2%	5%	88%
Coletado indiretamente	2%	3%	9%	84%
Queimado ou enterrado na propriedade	2%	11%	17%	69%
Jogado em terreno baldio ou logradouro	3%	15%	17%	63%
Jogado em rio, lago ou mar	0%	10%	38%	52%
Outro destino	3%	2%	9%	86%
Forma de iluminação do domicílio				
Elétrica (de rede, gerador, solar)	1%	3%	7%	86%
Óleo, querosene ou gás de botijão	3%	19%	20%	56%
Outra forma	5%	10%	20%	63%
Tem telefone móvel celular				
Sim	1%	2%	6%	88%
Não	2%	7%	12%	76%
Tem telefone fixo convencional				
Sim	1%	0%	2%	92%
Não	2%	5%	11%	81%

Fonte: Pnad 2009, processamento por Del Grossi. Não estão apresentados os resultados dos sem declaração de renda.

Domicílios no quais o lixo é queimado ou jogado (em terreno ou rio), também é comum entre as famílias pobres ou extremamente pobres.

O acesso à energia elétrica também é maior entre as famílias não-pobres. Quase 44% dos domicílios que utilizam óleo, querosene ou gás de botijão são pobres ou extremamente pobres.

Tendo em vista os bens duráveis, a falta de fogão, utilizando de lenha ou carvão como fonte de calor, não possuir aparelhos de TV ou geladeiras são circunstâncias frequentes entre as famílias pobres ou extremamente pobres (Tabela 11).

**Tabela 11- Existência de alguns bens duráveis nos domicílios
Brasil, 2009.**

Tipo de bens duráveis	Extrema pobreza		Pobreza	Não pobres
	sem renda	com renda		
Tem fogão de duas ou mais bocas				
sim	1%	3%	7%	86%
nao	6%	13%	15%	65%
Não tem fogão de suas ou mais bocas, mas tem fogão de uma boca				
sim	3%	15%	19%	61%
não	7%	11%	13%	67%
Tipo de combustível utilizado no fogão				
gás de botijão	1%	2%	6%	87%
gás canalizado	1%	0%	0%	88%
Lenha	1%	12%	19%	66%
Carvão	2%	19%	23%	54%
Energia elétrica	0%	1%	0%	92%
Outro combustível	0%	0%	12%	88%
Tem filtro d'água				
sim	1%	2%	6%	87%
não	2%	4%	8%	84%
Tem rádio				
sim	1%	3%	6%	87%
não	3%	7%	12%	76%
Tem televisão em cores				
sim	1%	3%	7%	86%
não	4%	11%	14%	70%
Não tem TV em cores, mas tem TV preto e branco				
sim	4%	11%	11%	73%
não	4%	11%	14%	70%
Tem geladeira				
sim, de 2 portas	1%	0%	2%	92%
sim, de uma porta	1%	3%	8%	86%
não	4%	15%	20%	60%
Tem freezer				
sim	1%	1%	2%	92%
não	1%	4%	8%	85%
Tem máquina de lavar roupas				
sim	1%	0%	2%	92%
não	2%	5%	11%	80%

Fonte: Pnad 2009, processamento por Del Grossi.

5. Considerações finais

A partir de 2003 ocorreu no Brasil uma notável queda nas taxas e no número absoluto de famílias em condição de pobreza e extrema pobreza.

A melhoria da renda destas famílias se reflete em suas condições de vida. A renda do trabalho teve papel de destaque para o aumento da renda das famílias rurais, indicando que estas políticas estiveram envolvidas em ciclos locais virtuosos de geração de renda e emprego. As políticas públicas do Governo Federal no período podem ter ajudado a inserção destas famílias nestes ciclos, e com certeza novas pesquisas serão realizadas neste aspecto.

Apesar dos avanços, as informações estatísticas indicam que ainda persistem parcelas importantes da população em condição de extrema pobreza. Neste sentido, novas ações precisam ser planejadas, visando superação desta condição por estas famílias.

Referências

FRANÇA, C.; DEL GROSSI e MARQUES. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96p.

GRAZIANO DA SILVA, J; DEL GROSSI e FRANÇA (org.). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010. 360p.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev./2000. 74 p. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>>.